

Estudo Técnico Preliminar 17/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 46/2024

2. Descrição da necessidade

A presente solicitação refere-se à aquisição de peixes para atender as necessidades DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO ALIMENTAR NO PERÍODO DA SEMANA SANTA, acompanhados pelos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Laje-Ba, objetivando o atendimento des famílias que vivem na situação acima informada, conforme rege a lei Municipal de Benefícios Eventuais nº 400/2015 de 22 de maio de 2015.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ZÂNIA DE SOUSA ANDRADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	GILDETE OLIVEIRA LEAL DE JESUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Dasinei Carvalho Franca Ribeiro Rocha

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar:

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência; No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País; Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

Regularidade fiscal e trabalhista:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício

contrata ou concorre.

8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

Qualificação Econômico-Financeira:

1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
2. Caso a mesma não estipule prazo de validade valerá até 30 dias do prazo de expedição

Qualificação Técnica:

1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
2. Licenças de Funcionamento e Alvará de Saúde ou equivalente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da licitante para exercer atividades de comercialização e venda de produtos, válida para o ano em exercício ou conforme dispuser a própria certidão ou a legislação competente.

5. Levantamento de Mercado

Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG

Devido ao fato dos bens a serem adquiridos serem classificados como bens comuns, nos termos da Lei, uma vez que possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado, optou-se pela utilização do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços como forma de aquisição dos bens pretendidos

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta envolve a aquisição de gêneros alimentícios para o atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, para fins de atendimento às necessidades do público que é atendido nos programas da Assistência Social. No mais, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento de pregão, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com o menor formalismo e cujo tempo necessária para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Quantidade: **4.000kg**

Item Descrição/Especificação: **PEIXE, tipo corvina, inteiros, pesando entre 1 kg e 1,5 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo como as portarias do Ministério da Agricultura e da ANVISA e outras legislações especifica bem como embalado caixa de 20kg. O produto ainda deverá vir acondicionado em veículo tipo frigorífico, o qual permanecerá no local indicado pela Secretaria Municipal de Ação e Inclusão Social até a sua descarga total.**

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 66.000,00

O custo total estimado da contratação é de **R\$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As quantidades requeridas são exclusivamente para atender o programa de distribuição de peixe durante o período da Semana Santa portanto o parcelamento não é necessário e a entrega dos produtos será feita de forma única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Secretaria Municipal de Assistência Social realizou, através do PGC (programa de gerenciamento de Compras) o seu Planejamento Anual de Contratações - tendo por base as suas necessidades de atender e cumprir a Lei de benefícios eventuais. A comissão de planejamento totalizou as demandas da Secretaria e encaminhou ao PGC para a sua Aprovação pela autoridade competente.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se contratar os itens descritos no Edital pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência, visando atender às necessidades do órgão solicitante. O principal motivo desta aquisição para a Secretaria de Assistência Social é zelar pelo cumprimento de sua missão institucional e fazer cumprir a Lei de Benefícios Eventuais.

13. Providências a serem Adotadas

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado pela Autoridade Competente da Secretaria de Assistência Social, será realizada a Licitação através de Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preço. A licitação estando homologada e as Atas de Registro de Preços assinadas poderá ser feita a contratação para aquisição dos itens licitados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os bens ofertados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEBORA PEREIRA SILVA
DIRETORA ADMINISTRATIVA